

O CRESCIMENTO ECONÔMICO DURANTE O GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

João André Nascimento Ribas¹

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza²

Resumo

Considerando o Produto Interno Bruto – PIB, a experiência do Brasil durante a adoção do neoliberalismo nos anos de 1990 não trouxe crescimento comparado ao período do nacional desenvolvimentismo, assente desde 1930. Contudo, com a ascensão de um partido ideologicamente heterodoxo ao Poder Executivo Federal em 2003, o Partido dos Trabalhadores – PT, questiona-se se houve o reestabelecimento de crescimento econômico do País. Por isso, por uma pesquisa web-bibliográfica, o artigo apresenta indicadores econômicos do governo PT, compreendendo o período de 2003 a 2015, com intuito de responder tal questionamento. Verificou-se que os resultados político-econômicos da estratégia partidária não foram satisfatórios em relação ao PIB, comparados às médias históricas nacionais e internacionais desde 1890. Assim, faz-se necessária a adoção de estratégia alternativa tanto ao neoliberalismo quanto à política econômica híbrida para que o País volte ao crescimento econômico, envolvendo investimentos e desenvolvimento do capital humano, em um trabalho conjunto entre Estado e mercado.

PALAVRAS-CHAVES: Governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Crescimento econômico; Produto Interno Bruto (PIB).

¹ Mestrando em Planejamento e Governança Pública – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Administrador, especialista em Gestão Pública. joaribas@alunos.utfpr.edu.br

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Administradora, doutora em Desenvolvimento Econômico. malumeza@utfpr.edu.br

Introdução

O Brasil conquistou significativo crescimento de seu Produto Interno Bruto – PIB entre 1930 e 1970, período compreendido como nacional desenvolvimentismo, onde o papel do Estado na interferência econômica era significativa, com foco no protecionismo nacional. Com a crescente dívida externa e desequilíbrio macroeconômico ao final dos anos de 1980, o País cedeu espaço às políticas neoliberais do Consenso de Washington, tidas como condicionamento dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional – FMI pela implantação de estratégias de privatizações, liberalizações e redução do papel do Estado, para maior desenvolvimento e eficiência do mercado. Porém, esta estratégia econômica nacional não trouxe o resultado esperado pelos seus defensores, apresentando crescimento econômico inferior ao do nacional desenvolvimentismo.

Devido à ascensão do Partido dos Trabalhadores – PT ao poder, em 2003, ressurgiram esperanças de retomada do crescimento por meio de uma estratégia alternativa a do neoliberalismo. Contudo, o PT deu continuidade às políticas macroeconômicas de FHC e adotou algumas políticas heterodoxas no segundo governo de Lula, continuadas por Dilma, como a busca da aceleração do desenvolvimento pelo ativismo estatal e pela distribuição de renda. Ao mesmo tempo, nos anos 2000, a economia internacional aquecida apresentou-se favorável à inserção do Brasil no mercado global, principalmente devido ao crescimento de países asiáticos e à dualidade de crises dos Estados Unidos da América – EUA.

Diante do exposto, este artigo busca analisar a política econômica do governo PT, compreendendo o período de 2003 a 2015, no Poder Executivo Federal, a fim de verificar se houve a retomada de crescimento econômico do País durante este período. Por meio de uma pesquisa de caráter qualitativo, realizar-se-á um levantamento das suas práticas político-econômicas e de seus resultados expostos em indicadores. Para isso, posteriormente a esta introdução, o capítulo 2 apresenta as características político-econômicas adotadas pelo governo PT. Já o capítulo 3 busca apresentar alguns indicadores econômicos do governo PT, com destaque para os resultados do PIB. Por

fim, conclui-se com apontamentos para a retomada do crescimento nacional aliado ao desenvolvimento social da nação brasileira.

2 . A política econômica do governo PT

A eleição à presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, significou a ascensão de um partido ideológico de esquerda ao poder. Mesmo com o receio do mercado financeiro quanto ao cumprimento dos compromissos com a estabilidade e austeridade, assumidos por FHC, tal eleição “demonstrou a consolidação da democracia e do capitalismo no Brasil” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 343) por não culminar em tentativa de golpe de Estado pela oposição da burguesia e dos partidos de direita. A partir de então, o partido conquistou mais três vitórias eleitorais à presidência, com a sucessão dos dois governos de Lula por Dilma Rousseff, em 2010, e sua reeleição em 2014. Entretanto, a vitória do candidato, em 2003, em relação ao governo de situação, que figurava a continuidade de políticas neoliberais adotadas ao longo dos anos de 1990, não contrariou a lógica capitalista vigente, mantendo inalteradas as políticas macroeconômicas inspiradas na abordagem dos mercados eficientes e na ênfase na competitividade e estabilidade monetária, características que substituíram o desenvolvimentismo adotado no País entre 1930 e 1980.

Durante a disputa eleitoral de 2002, principalmente motivada por pressões da crise especulativa eleitoral, o partido demonstrou mudanças de visão a contento do mercado financeiro. Escolheu Antônio Palocci, de perfil moderador, como coordenador de programa de governo e publicou a “Carta ao Povo Brasileiro”, onde comprometeu-se a honrar os compromissos feitos pelo governo anterior e impedir o crescimento da dívida externa pública, e a “Nota sobre o Acordo com o FMI”, em que se comprometeu a respeitar o acordo com a organização internacional. A mudança confirmou-se logo no início da primeira gestão, quando o governo adotou políticas ortodoxas para reduzir as tensões especulativas e macroeconômicas do fim de 2002. Tais políticas eram fundadas na política monetária determinada pelas metas de inflação, pelo câmbio

flutuante e por uma política fiscal visando ao superávit primário (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

Logo no início do primeiro governo do PT, houve a adoção de políticas pouco esperadas em relação ao perfil ideológico do partido. Elevou a taxa de juros básica – Selic e definiu aperto de superávit primário, cortes de gastos públicos e meta fiscal apertada, que passou de 3,75% a.a. para 4,25% a.a. do PIB, para o período de 2004 a 2006. Também renovou acordo com o FMI para até o fim de 2004, contudo, sem utilizar suas linhas de crédito para não ampliar o endividamento externo. Tais atitudes, aliadas ao momento de baixa taxa de juros dos EUA, em torno de 1% a.a., colaboraram para a queda da taxa de câmbio e do risco-país, agravadas ao fim do ano de 2002 devido às especulações eleitorais (GIAMBIAGI *et al.*, 2011). O governo objetivava com tais feitos retomar o crescimento da economia e superar a dívida líquida do setor público, que representava, em 2003, cerca de 60% do PIB, e controlar a crise macroeconômica (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

Pode-se dizer que o governo Lula contou com o confronto de políticas ortodoxas do Banco Central, dominado por economistas do mercado financeiro, e com a busca de políticas mais heterodoxas, a partir de 2006, pelo Ministério da Fazenda. Com a saída de Palocci do Ministério ao final do primeiro governo Lula, Guido Mantega assume o cargo, fato que representa uma alternativa ao rumo da política econômica de cunho ortodoxo. Dentre elas, o aumento do gasto público com elevação do funcionalismo, afrouxamento de superávits primários, abandono de meta fiscal e aumento da importância do BNDES na economia. Amann e Baer (2012) apontam que os defensores do neoliberalismo posicionam o mercado como melhor instrumento para selecionar vencedores no desenvolvimento econômico. Entretanto, no País, mesmo com o aumento de privatizações no período, o papel do BNDES tornou-se substancial na indução do desenvolvimento econômico.

Para Bresser-Pereira (2014), o governo Lula decepcionou a esquerda mais radical, mas satisfez a esquerda reformista, que via a volta à nação desenvolvimentista de centro esquerda, especialmente a partir de seu quarto ano de governo, quando contava com Dilma Rousseff na Casa Civil, Guido Mantega no Ministério da Fazenda e

Luciano Coutinho na presidência do BNDES, em que logrou maior foco às políticas de redução de desigualdades sociais e combate à pobreza, estratégia cunhada por Aloizio Mercadante em sua tese de doutoramento como social desenvolvimentista. O ministro Guido Mantega adotou uma política fiscal anticíclica, reduzindo despesas e aumentando o gasto público, mas seu grande momento aconteceu em 2009, quando iniciou um controle de entrada de capitais pelo Imposto sobre Operações Financeiras – IOF de 2% sobre essas entradas, contrariando a política ortodoxa da busca da livre circulação de capitais (BRESSER-PEREIRA, 2014).

A justificativa de Mercadante quando à adoção de um social desenvolvimentismo pelo partido somente no segundo governo de Lula foi a de que a correlação de forças em 2002 era desfavorável a uma ruptura com as políticas neoliberais, e, por isso, a transição seria realizada de forma progressiva. O social desenvolvimentismo propunha então um “compromisso fundamental de impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massa, que promovesse a inclusão de milhões de brasileiros, universalizasse as políticas sociais básicas e resolvesse o drama histórico da concentração de renda e riqueza” (MERCADANTE, 2010, p. 36, apud CASTELO, 2012, p. 626). Enquanto presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea durante o governo PT, Márcio Pochmann elaborou o conceito de social desenvolvimentismo pelos princípios de acumulação conjugada em crescimento econômico, reafirmação da soberania nacional, reformulação do papel do Estado e choque distributivo (CASTELO, 2012).

Em seu primeiro mandato, com Guido Mantega como ministro da Fazenda e um funcionário de carreira como presidente do Banco Central em substituição a Henrique Meirelles, o PT buscou reduzir os sinais de governo neoliberalista. Implementou redução da taxa Selic, que passou de 12,5%, em agosto de 2011, para 7,5% em abril de 2013. Também inaugurou uma política heterodoxa de pressão sobre o *spread* bancário, mediante a redução de juros aos clientes dos bancos públicos. Com um discurso cobrando mudanças dos bancos privados sobre juros e *spreads* em 2012, levou a imprensa, porta-voz do mercado financeiro, a direcionar críticas insistentes ao governo. Também comandou reformas no setor elétrico para redução de tarifas das

contas de energia em 20%, e na concessão de transporte público a fim de aumentar investimentos privados em infraestrutura (PINTO *et al.*, 2016).

Vale ressaltar que o contexto externo favorável possibilitou ao presidente Lula uma frente política constituída de três eixos (PINTO *et al.*, 2016): forte interação entre governo e segmentos da indústria de *commodities* e da construção civil, com apoio do BNDES, e estratégias de investimentos da Petrobras; expansão do crédito de curto prazo para empresas e famílias e dos ganhos salariais; e relação entre frente política desenvolvimentista e segmento bancário-financeiro. Esses eixos mantiveram-se em relativa harmonia dado o crescimento econômico pela bonança internacional e pela habilidade política do presidente.

Com a queda de rendimentos das empresas no primeiro governo, exceto das bancário-financeiras, Dilma implementa desonerações para as grandes indústrias e abertura de linhas de créditos, que saltou de 0,2% do PIB para 1% em 2014 (PINTO *et al.*, 2016), pressionando ainda mais as contas públicas. Apostou em desonerações de folha de pagamentos na tentativa de ampliar a oferta de emprego, mas tal prática apenas contribuiu com a lucratividade empresarial, visto que a oferta de emprego está atrelada ao aumento de demanda do mercado de bens.

Muito embora o estilo contundente de Dilma Rousseff tenha sido apontado como habilidade necessária para domesticar o excludente capitalismo brasileiro, especialmente em relação ao segmento bancário-financeiro e à concentração de renda (PINTO *et al.*, 2016), a presidente não revelou grande habilidade política, sendo rejeitada por economistas, classe média rentista e classe trabalhadora. Ao mesmo tempo que a inflação subia, que a crise política se assolava com o julgamento do Escândalo do Mensalão, um esquema de compra de voto de parlamentares deflagrado no primeiro governo de Lula, a oposição e a mídia passaram a tornar público o descontentamento com a presidente, mesmo com suas demonstrações de espírito público ao longo dos anos, como pela demissão de envolvidos com corrupção, instalação da Comissão da Verdade e estabelecimento da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Com pouca atenção às mudanças do mercado externo, queda na exportação e piora nas contas públicas, as dificuldades no campo econômico afetaram a política desenvolvimentista, que foi se desarticulando no primeiro governo de Dilma. Pinto *et al.* (2016) confirmam que o projeto lulista de coalização de interesses entre burguesia e movimento sindical e popular chegava ao fim. A legitimidade de Dilma começou a esvaecer com os segmentos dominantes devido à queda de lucratividade, ao aumento do controle econômico e à Operação Lava Jato, e com a classe média tradicional devido à sua redução de poder de consumo e equiparidade do subproletariado ao seu status.

Mesmo assim, Dilma obteve sua reeleição de forma acirrada contra o candidato Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, com apoio dos pobres e do Nordeste. Enquanto a economia se deteriorava, a opção à presidente foi a nomeação de Joaquim Levy, de cunho liberal-ortodoxo, para o Ministério da Fazenda, o qual promoveu forte ajuste fiscal e aumento da taxa Selic, contrariando os interesses daqueles que depositaram confiança em seu governo meses atrás. Sem o apoio da burguesia, a crise de confiança aumentou e levou setores da oposição a propor o *impeachment* da presidente (BRESSER-PEREIRA, 2014).

As medidas de ajustes fiscais tomadas impactaram em cortes de despesas com educação, saúde e outras áreas, além de redução de direitos trabalhistas, na tentativa de se firmar um novo acordo com os setores dominantes. Sob o slogan de governo “Pátria Educadora”, os cortes atingiram a educação superior, com corte de bolsas de pós-graduação e atrasos de desembolso de verbas para universidades (CARLEIAL, 2015). Tais medidas agravaram a situação econômica, resultando na queda do PIB e no investimento (PINTO *et al.*, 2016), levando o governo adotar uma rota mais neoliberal. O resultado negativo nas contas públicas de R\$ 32,5 bilhões em 2014, cerca de 0,6% do PIB, fora apresentado pela mídia como descontrole das contas públicas, consequência das pedaladas fiscais do governo, entendidas como atrasos de repasses de recursos para bancos e autarquias a fim de melhoria artificial de contas públicas. Por isso, no campo político, enquanto que a base parlamentar do governo foi fragmentada devido ao ajuste fiscal, o foco no *impeachment* dado por Eduardo Cunha,

presidente da Câmara dos Deputados, ampliou a crise política e ruiu com a governabilidade de Dilma, dificultando a governança da sua segunda gestão.

Para Moraes e Saad Filho (2011), os problemas da macroeconomia liberal persistiram durante o governo PT, como a sobrevalorização do real, que reduz a competitividade internacional, e a pressão fiscal exercida pela política de meta inflacionária, a qual impacta na capacidade de investimentos públicos. Os autores ainda tentam explicar os motivos que levaram ao sucesso das políticas híbridas adotadas, elencando como possível motivo a excepcional liquidez internacional no período ou os fatores políticos e econômicos inscritos no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Porquanto, tais políticas impactaram de forma negativa no governo de Dilma Rousseff por esta não apresentar a liderança carismática de seu antecessor e pela dinâmica cíclica da economia capitalista periférica.

3 Resultados econômicos: do crescimento à perda de governança pública

Com uma inflexão na política econômica brasileira, a partir de 2006, os resultados econômicos foram positivos em se tratando do PIB, do fortalecimento de grandes empresas nacionais, e da distribuição de renda e redução da pobreza (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011), decaindo logo no primeiro governo de Dilma, devido às políticas adotadas e à mudança desfavorável do cenário internacional. Para Carleial (2015), a intervenção no setor elétrico contribuiu com o desgaste do governo, pois a pressão sobre os preços impulsionou a inflação, além das mudanças no cenário internacional a partir de 2011, com a queda de crescimento de países emergentes, como China e Índia, com a crise do euro e com a recuperação norte-americana.

O governo de Dilma reacendeu as esperanças quanto à retomada do fortalecimento industrial quando adotou um conjunto de medidas de defesas de sua competitividade por meio do Plano Brasil Maior, mas a conjuntura internacional desfavorável gerou reversão dos termos de troca para o País, impactando no dinamismo do PIB (gráfico 1). Outros fatores que atingiram a economia de seu primeiro governo e primeiro ano de mandato do segundo foram a dificuldade em alavancar os

investimentos privados e públicos, a elevação da taxa Selic a partir de 2013, a desaceleração econômica e a desaceleração dos investimentos na Petrobras como consequência da operação Lava Jato³ (PINTO *et al.*, 2016).

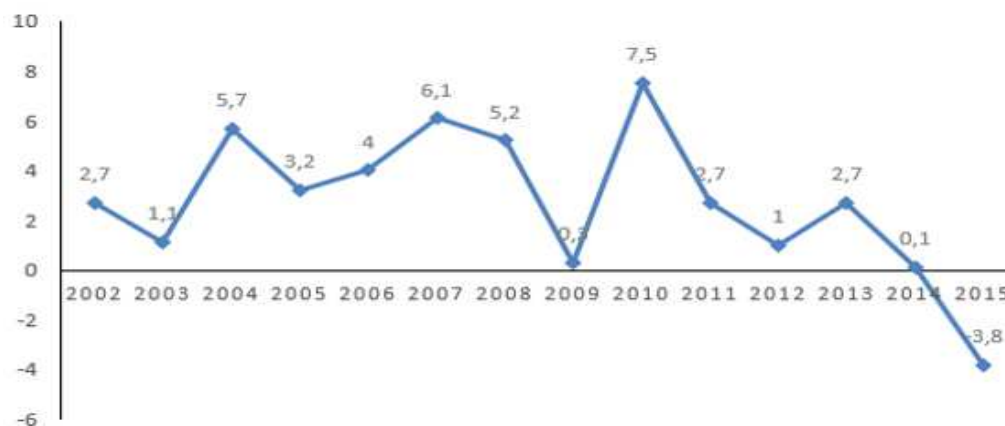


Gráfico 1. Crescimento do PIB (%a.a.) durante o governo PT
Fonte: adaptado de Advanced Financial Network (2016).

Enquanto nos oito anos do governo FHC a taxa média foi de 2,2%, no período de Lula, entre 2003 e 2010, foi de 4,1%. A crise internacional de 2008 impactou o resultado econômico de 2009, mas houve recuperação logo em 2010. Contudo, frente aos países asiáticos, os resultados apresentados não foram uma conquista espetacular (AMANN; BAER, 2012). Mas o resultado econômico ínfimo dos anos Dilma, tendo queda de 3,8% em 2015, prejudicaram a média do período dos 13 anos de governo, que ficou em 2,7% a.a.

Para Barbosa e Souza (2010, *apud* MORAIS; SAAD-FILHO), o momento favorável do PIB durante o governo PT foi resultado da manutenção da estabilidade macroeconômica, ou seja, do controle da inflação e da redução de endividamento público e da vulnerabilidade das contas externas. Outro ponto positivo foi a redução de

³ Segundo o Ministério Público Federal – MPF, a operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro do Brasil. Iniciada em março de 2014, a operação ganhou este nome por envolver investigações de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos. Estima-se na operação desvio de recursos da Petrobras, maior estatal do país, envolvendo empreiteiros, funcionários públicos e políticos, da ordem de bilhões de reais (MPF, 2016).

desemprego formal, que só veio a ter crescimento em 2015. Entretanto, a taxa de desemprego caiu de 12% em 2002 para 6,87% em 2015.

Houve uma significativa acumulação de reservas e redução da dívida externa, chegando esta a ficar negativa em 2008, um aumento de exportações a uma taxa anual de 9% entre 2002 e 2007, e um processo de redução da dívida líquida do setor público/PIB, caindo de 60% do PIB, em 2002, para 40% em 2010 (GIAMBIAGI *et al.*, 2011). Os superávits (Gráfico 2) ficaram por conta do aumento de preços internacionais das *commodities*. Contudo, ocorreu deterioração da posição externa do País devido ao impulso pelo consumo doméstico e ao programa de transferência de renda.

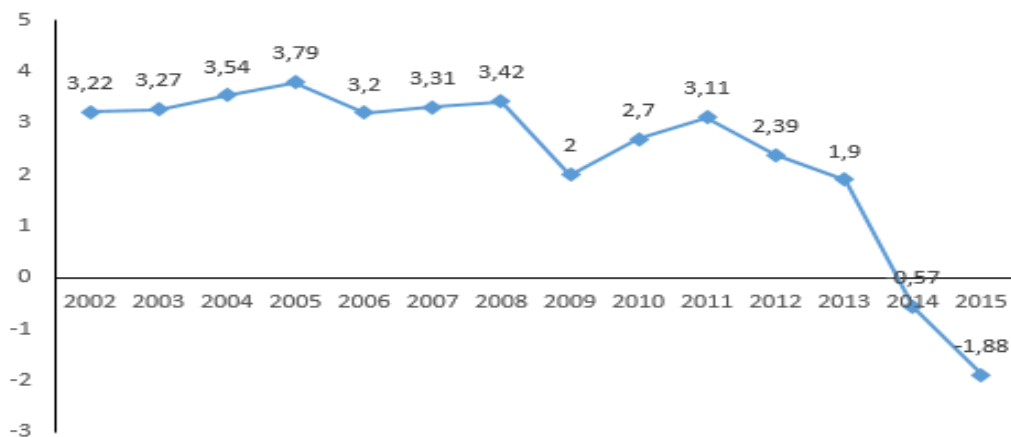


Gráfico 2. Superávit Primário (%PIB)
Fonte: adaptado do site Globo.com (2016)⁴.

O desenvolvimento industrial é dependente de poupança externa, sendo que o País possui baixa poupança pública e privada interna. Seus problemas estruturais não foram ainda solucionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que objetiva uma parceria público-privado. O governo PT lançou, em 2011, o Plano Brasil Maior para enfrentamento do quadro adverso de importação de produtos manufaturados por meio de desenvolvimento de tecnologias. Embora tenha sugerido no plano maiores investimentos na área agrícola, deu maior foco aos setores de comércio

⁴ Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/superavit-o-que-e/platb/>>. Acesso em: 12 maio 2016.

e serviço, mesmo com uma balança comercial ainda plenamente dependente das *commodities*. Assim, o déficit da balança comercial, em 2014 (Gráfico 3), foi o primeiro desde 2000, devido à queda imprevista de preço das *commodities*, crise econômica da Argentina, um dos seus principais países compradores, e gastos com importação de combustíveis.

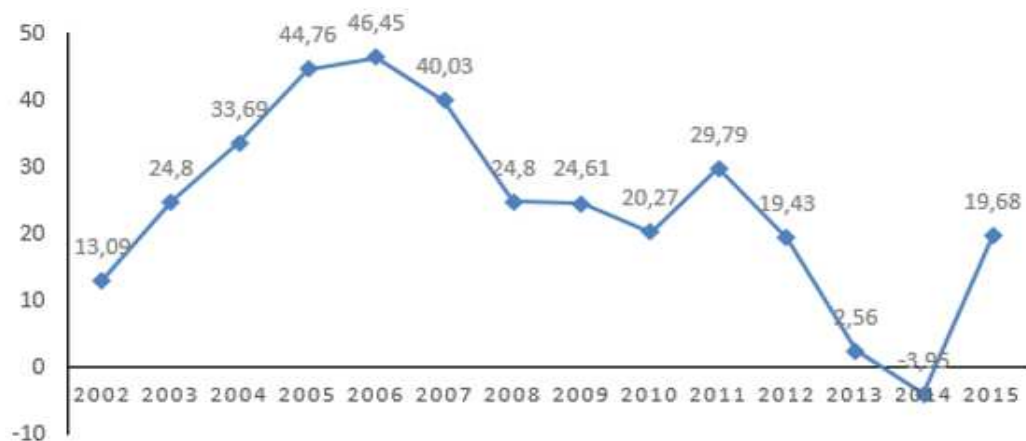


Gráfico 3. Balança Comercial (US\$ bilhões) durante o governo PT
Fonte: adaptado de Advanced Financial Network (2016).

A apreciação cambial real brasileira foi substancial, dada a melhora dos termos de troca e de abundância de recursos do mercado internacional. Entretanto, embora tenha reduzido a pressão inflacionária, a política cambial com apreciação do real reforçou as exportações especializadas em recursos naturais, reduzindo a competitividade das exportações industriais manufaturadas, além de aumentar a concorrência de produtos nacionais com os importados (Gráfico 4). Tais fatores acarretaram a continuidade da dependência externa, pois não foram absorvidas modificações estruturais produtivas, e aprimoraram-se as relações de dominação com a hegemonia do setor bancário-financeiro (PINTO *et al.*, 2016).

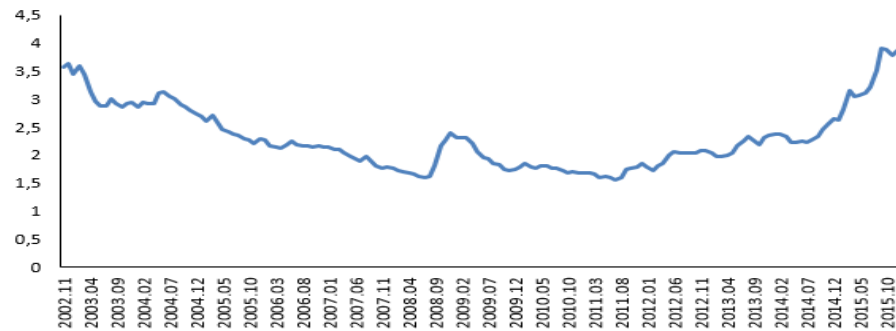


Gráfico 4 – Taxa de câmbio nominal (US\$ - R\$) do governo PT
 Fonte: adaptado de IPEADATA (2016).

O desempenho econômico do País, a partir de 2003, foi influenciado pela economia internacional e pelo regime de metas de inflação, inaugurado em 1999, com a rígida política monetária do Banco Central, então comandado por Henrique Meirelles, e pela taxa favorável de câmbio. A inflação fechou, no ano de 2003, em 9,3%, acima de 8,5% esperado, mas abaixo dos temidos dois dígitos, os quais expressaram-se no governo Dilma em um momento de instabilidade econômica e política, conforme o gráfico 5.

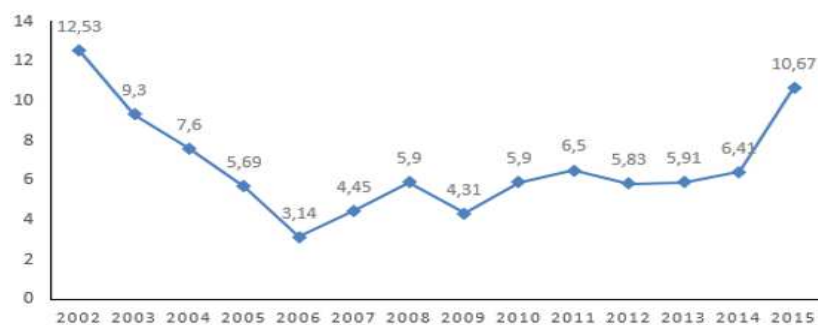


Gráfico 5. Inflação (IPCA %a.a.) durante o governo PT
 Fonte: adaptado de Advanced Financial Network (2016).

As despesas sociais dobraram em termos percentuais em comparação entre 1985 e 2009, passando de 13,3% para 22,8% do PIB em 2009, e a renda média

creceu 52%, ao passo que o PIB per capita cresceu apenas 28% (BRESSER-PEREIRA, 2014). Contudo, o modelo de crescimento voltado ao consumo visando à inclusão social penalizou as taxas de crescimento do governo Dilma.

A expansão do Programa Bolsa Família⁵, elevação do salário mínimo (gráfico 6) e de programa de investimento plurianual foram introduzidas de forma complementar às políticas vigentes e não em sua substituição. Como, por exemplo, foi mantida a meta de resultado primário, mas agora entendida como resultado primário em despesas correntes, onde se exclui investimento público e contas de empresas estatais para maior disponibilidade de recurso para investimentos (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).



Gráfico 6. Aumento do salário mínimo (%a.a.) do governo PT
Fonte: adaptado de Advanced Financial Network (2016).

Com a importância da nova classe média, a antiga classe C, representando quase metade da população, o País apresentou no período uma redução da desigualdade de renda. Tal notoriedade é atribuída por alguns pesquisadores ao Programa Bolsa Família, mas este representa apenas cerca de 1% do PIB; já para

⁵ Programa social criado em 2004, focado nas famílias de menor renda. O Bolsa Família unificou cinco programas de transferência de renda do governo federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação e Erradicação do Trabalho Infantil). Contribui para a diminuição de desigualdades sociais especialmente nas regiões do Norte e Nordeste (GIAMBIAGI *et al.*, 2011), mais pobres do país, contudo, é incapaz de impactar significativamente no objetivo de equidade social.

outros, é conferida à estabilidade da inflação e ao aumento do salário mínimo, que, no entanto, beneficia apenas trabalhadores formais. Contudo, índices apontam apenas para o aumento de renda e para a não a distribuição de riqueza, além do fato de que as privatizações levaram à compra de riquezas do Estado por grandes grupos nacionais e internacionais, agravando a concentração de renda (AMANN; BAER, 2012).

Alguns países latinos, como Brasil e Argentina, demonstram crescimento ainda caracterizado por exportação de *commodities*. Porém, tanto Lula quanto Dilma esquivaram-se da adoção de políticas de crescimento que elevassem o déficit e a inflação e mantiveram as heranças políticas econômicas restritivas. Como consequência, o País ainda apresenta déficits externos e taxa de juros real elevada, de 14,25% ao final de 2015, tendo que conviver com problemas similares aos dos anos de 1990. Mas para Bresser-Pereira (2014), a preferência pelo consumo imediato durante o nacional desenvolvimentismo foi neutralizada pelos governos autoritários. Daí então, o preço pago pela democracia foi a redução da taxa de desenvolvimento, fato colocado como desafio às habilidades políticas de contornar e conciliar ambos os interesses.

Ranking do PIB conforme mandatos presidenciais		Ranking da diferença entre PIB do Brasil e Média Mundial		
	Mandato	PIB real, var. % média anual	Mandato	Diferença da média Brasil - Mundo
1	Garrastazu Médici	11,9	Deodoro da Fonseca	7,8
2	Deodoro da Fonseca	10,1	Garrastazu Médici	6,5
3	Café Filho	8,8	Café Filho	4,5
4	Jânio Quadros	8,6	Jânio Quadros	4,0
5	Juscelino Kubitschek	8,1	Epitácio Pessoa	4,0
6	Costa e Silva	7,8	Juscelino Kubitschek	3,3
7	Eurico Dutra	7,6	Itamar Franco	3,1
8	Epitácio Pessoa	7,5	Getúlio Vargas I	2,8
9	Ernesto Geisel	6,7	Nilo Peçanha	2,5
10	Nilo Peçanha	6,4	Costa e Silva	2,3
12	Getúlio Vargas II	6,2	Ernesto Geisel	2,0
11	Washington Luís	5,1	Washington Luís	2,0
13	Itamar Franco	5,0	Prudente de Moraes	1,9
14	Rodrigues Alves	4,7	Hermes da Fonseca	1,6
15	Prudente de Moraes	4,5	Rodrigues Alves	1,3
16	José Sarney	4,4	Getúlio Vargas II	1,2
17	Getúlio Vargas I	4,3	Venceslau Brás	1,1
18	Castello Branco	4,2	Eurico Dutra	0,7
20	Lula	4,0	José Sarney	0,7
19	Artur Bernardes	3,7	Campos Sales	0,7
21	João Goulart	3,6	Afonso Pena	0,0
22	Hermes da Fonseca	3,5	João Figueiredo	-0,4
23	Campos Sales	3,1	Lula	-0,5
24	Afonso Pena	2,5	Artur Bernardes	-1,1
25	João Figueiredo	2,4	Castello Branco	-1,5
26	FHC	2,3	FHC	-1,5
27	Venceslau Brás	2,1	João Goulart	-2,0
28	Dilma (2011 – 2015)	0,5	Dilma (2011 – 2015)	-2,7
29	Fernando Collor	-1,3	Fernando Collor	-3,6
30	Florian Peixoto	-7,5	Florian Peixoto	-9,0

Quadro 1. Ranking do PIB nacional conforme mandatos e diferença entre o PIB do Brasil e a média mundial desde 1890

Fonte: adaptado de Gonçalves ((2014) com dados de Advanced Financial Network (2016)).

Ao levantarem-se os PIBs conforme mandatos presidenciais no Brasil desde 1890, fica clara a baixa eficácia dos governos neoliberais em se tratando de crescimento econômico, como mostra o quadro. Entretanto, a estratégia econômica nacional híbrida do governo PT também não conquistou resultados expressivos de crescimento econômico. Em comparação ao PIB médio mundial, a situação é agravada, com o período Dilma (2011 – 2015) dentre os piores resultados dos 135 anos levantados. Os presidentes em mandato durante o nacional desenvolvimentismo obtiveram os melhores resultados, mas por meio de grande investimento externo, depreciação dos direitos civis e supressão dos direitos políticos.

O País apresenta ainda uma elevada deficiência em infraestrutura, com negligência de investimentos na área visando ao cumprimento de superávits primários exigidos por acordos internacionais, especialmente quanto ao transporte, setor energético e aeroportuário. Em 2007, o governo instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com vistas ao investimento em infraestrutura, o qual não foi cumprido efetivamente devido às insuficiências orçamentárias e administrativas. As empresas nacionais também não apresentam resultados inovadores e há baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento, impossibilitando o País de contribuir com conhecimento técnico no mundo (AMANN; BAER, 2012).

Frente aos 13 anos de governança de um partido definido como de esquerda, e da culpabilidade dos problemas econômicos empregados nas políticas heterodoxas, sem uma análise mais profunda de seus fatores determinantes, acompanhado de um Congresso amplamente conservador, a tendência é de que o Brasil pós 2015 retome de forma mais escancarada a dinâmica de reformas neoliberais pró-capitalistas, desfavoráveis às classes aquém da elite dominante. Entretanto, a crise do segundo governo de Dilma não é apenas de governabilidade, que impactou em sua governança e nos resultados econômicos, causada pelo modelo de presidencialismo de coalizão, mas demonstra também crise estrutural sobre acumulação de capital global.

Conclusão

Na era do governo PT, houve ensaios de recuperação do crescimento econômico, especialmente na segunda gestão de Lula, bem como de desenvolvimento social, com aumentos reais de salários, programas sociais e crescimento do emprego. Mas o País continuou sem resolver velhos problemas como o desafio da previdência, visto o aumento de expectativa de vida nos últimos anos, e o custo Brasil, decorrente da ineficiência da infraestrutura, que também inviabiliza o desenvolvimento sustentável do País. Na chegada de seus 13 anos no poder, o governo não conseguiu realizar uma manutenção capaz de dar continuidade ao crescimento frente ao cenário desfavorável externo e denúncias de corrupção, às quais envolvem políticos vinculados à gestão.

O resultado econômico expresso na média do PIB do PT foi baixo, porém sugere-se, para outras pesquisas, considerar, além do PIB como fator de desenvolvimento, avaliações da sustentabilidade ambiental e social e da distribuição de renda durante o governo. Embora o governo tenha feito diversas alusões à teoria de Celso Furtado, a lógica capitalista da combinação de ampliação de proveitos das elites nacionais com manutenção do proletariado, por meio de pequenos incentivos, não foi confrontada. O social desenvolvimentismo implementado no Brasil ocorreu em momento de elevadas taxas de juros e impactou na concentração de renda.

Na conjuntura atual, é necessária uma estratégia nacional que enfatize a capacidade da ação do Estado e rejeite a globalização financeira, favorecendo a globalização comercial por meio de negociações e contrapartidas. Embora o nacional desenvolvimentismo tenha se expressado como o grande momento de desenvolvimento do Brasil, não foi ainda capaz de interferir em alguns problemas estruturais, como a absorção de tecnologia, como previsto no Plano Brasil. Frente a tais deficiências, é preciso um programa de crescimento que envolva infraestrutura, investimentos adequados e desenvolvimento do capital humano, em um trabalho conjunto entre Estado e setor privado.

Mas cabe à sociedade civil atuar juntamente com o Estado e com o mercado na busca por um modelo capaz de encaminhar o País rumo ao crescimento com equidade

social. A tendência é a de que não seja mais possível e viável um modelo protecionista, mas sim uma hegemonia mundial compartilhada. Nas palavras de Stiglitz (2008), uma governança global, na busca de uma estabilidade econômica global, onde cada país, conforme as suas especificidades, aborde seus problemas de forma a conquistar um desenvolvimento sustentável, estável e equitativo.

Referências Bibliográficas

ADVANCED FINANCIAL NETWORK. Disponível em: <br.advfn.com>. Acesso em: 25 maio 2016.

AMANN, E.; BAER, W. Brazil as an emerging economy: a new economic miracle? **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 412-423, jul-sept, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v32n3/04.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2016.

BRESSER-PEREIRA. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a independência. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

CARLEIAL, Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo de Dilma Rousseff. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.29, n.85, p.1-14, set-dez, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00201.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 12, p. 613-636, out-dez, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/02.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

GLOBO.COM. **Contas do setor público têm primeiro déficit da história em 2014**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/contas-do-setor-publico-tem-primeiro-deficit-da-historia-em-2014.html>>. Acesso em: 25 maio 2016.

GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. **Governo Dilma e o desempenho da economia brasileira: Mediocridade esférica.** Disponível em: <<http://corecon-rj.aggoraegov.com.br/documents/11827/478924/Governo+Dilma+e+o+desempenho+da+economia+brasileira/c64ee77f-7be2-42b5-aca7-1273cd594286>>. Acesso em: 20 maio 2016.

IPEADATA. **Taxa de câmbio nominal.** Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38389>>. Acesso em 25 maio 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Caso lava jato:** entenda o caso. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso: 12 maio 2016.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política** v.31, n.4, p.507-527, out-dez, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n4/01.pdf>>. Acesso: 12 maio 2016.

PINTO, Eduardo Costa *et al.* **A economia política dos governos Dilma:** acumulação, bloco de poder e crise. Rio de Janeiro: Instituto de Economia – UFRJ, 2016.

STIGLITZ, Joseph E. Is there a post-Washington consensus consensus? In _____; (ed); SERRA, Narcís (ed). **The Washington Consensus reconsidered:** towards a new global governance. New York-USA: Oxford University Press, 2008. Disponível em: <<https://global.oup.com/academic/product/the-washington-consensus-reconsidered-9780199534098?cc=br&lang=en>>. Acesso em: 13 maio 2016.